



Comunicado de imprensa

Luxemburgo, 15 de fevereiro de 2023

"Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas": iniciativa da UE ficou muito longe das ambições

- *A União Europeia (UE) canalizou um total de 729 milhões de euros para ajudar os países em desenvolvimento prejudicados pelas alterações climáticas*
- *A iniciativa não deu atenção suficiente às necessidades das pessoas mais vulneráveis*

A Aliança Global contra as Alterações Climáticas (lançada pela UE em 2007 para apoiar os países em desenvolvimento pobres na resposta às alterações climáticas) não cumpriu as suas promessas, afirma o Tribunal de Contas Europeu (TCE) no novo relatório que publica hoje. O TCE vê poucas provas de que a iniciativa tenha aumentado a resiliência dos países às alterações climáticas. Em relação à eficiência, as ações concluídas apresentam resultados, mas por vezes com custos elevados.

"Concluimos que a Aliança Global contra as Alterações Climáticas teve menos impacto do que se esperava. Prevvia-se que se reduzisse gradualmente o reforço das capacidades para se passar a ações mais concretas de apoio direto à população, mas esta transição não foi sistemática", realça Hannu Takkula, Membro do TCE responsável pela auditoria. *"Entendemos que a Comissão Europeia deve centrar-se nas pessoas mais prejudicadas pelas alterações climáticas e aplicar a experiência que adquiriu com esta iniciativa nas ações de ajuda que realizar nesta área no futuro",* acrescenta.

A estratégia da Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas baseou-se em dois pilares: o incentivo ao diálogo e à partilha de conhecimentos e o apoio técnico e financeiro a medidas relativas às alterações climáticas e ao risco de catástrofes.

O TCE conclui que a iniciativa não mediu as melhorias registadas na situação das pessoas nem deu atenção suficiente às necessidades dos mais prejudicados. A ajuda nem sempre chegou às pessoas vulneráveis pretendidas: por exemplo, poucas ações incluíram atividades especificamente orientadas para as necessidades das mulheres, e outras ações tinham custos que as famílias mais pobres não podiam suportar. Além disso, podia-se ter ampliado ações experimentais que tiveram sucesso, permitindo que beneficiassem mais pessoas.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório está disponível em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

A Aliança Global contra as Alterações Climáticas não conseguiu atrair o financiamento adicional esperado dos países da UE e do setor privado, mas a Comissão Europeia nunca reviu os seus ambiciosos objetivos iniciais. Além disso, na segunda fase ("Aliança Global contra as Alterações Climáticas +"), realizada entre 2014 e 2020, os critérios seguidos pela Comissão Europeia para atribuir o financiamento fizeram com que, em proporção, o apoio aos países mais vulneráveis fosse mais reduzido.

Na maioria das ações examinadas pelo TCE, a Comissão Europeia não analisou devidamente se os custos registados no orçamento eram razoáveis. Por exemplo, os custos de gestão das ações eram muito variáveis e foram particularmente elevados na região do Pacífico. Uma análise mais atenta dos custos teria permitido realizar poupanças, critica o TCE.

A falta de conhecimento sobre a iniciativa e a sua pouca visibilidade foram também um problema. Embora tenha apoiado mais de 80 países, era pouco conhecida tanto entre os países em desenvolvimento como na UE. Um dos motivos do desconhecimento foi o facto de as ações que financiava não se distinguirem de outras ações da União para combater as alterações climáticas nos países em desenvolvimento. A sua eficiência também foi prejudicada por ter uma organização complexa, sobretudo devido à duplicação de mecanismos de apoio e fluxos de financiamento.

Informações de contexto

A Aliança Global contra as Alterações Climáticas não tinha uma rubrica orçamental própria no sistema contabilístico da Comissão Europeia. Em vez disso, foi financiada através do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento e do Fundo Europeu de Desenvolvimento. Foi-lhe atribuído um financiamento total de 728,8 milhões de euros, incluindo as contribuições dos países da UE: 308,8 milhões de euros para a primeira fase (2007-2013) e 420 milhões de euros para a segunda fase (2014-2020, em que se denominou "Aliança Global contra as Alterações Climáticas +").

Em 2020, a Comissão decidiu não prosseguir a iniciativa. Durante o período de 2021-2027, a Comissão financiará as ações de combate às alterações climáticas nos países em desenvolvimento através de apoio temático e geográfico ao abrigo do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional.

O Relatório Especial 04/2023, *Aliança Mundial contra as Alterações Climáticas + – Realizações não corresponderam às ambições*, está disponível no [sítio Web do TCE](#).

Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

- Claudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 553 547
- Damijan Fišer damijan.fiser@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 621 552 224
- Vincent Bourgeais: vincent.bourgeais@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 551 502